



## MANIFESTO

### O OE2016 e a Mobilidade Elétrica em Portugal

A UVE – Associação de Utilizadores de Veículos Elétricos – é uma entidade sem fins lucrativos com os seguintes objetivos:

- Impulsionar a Mobilidade Elétrica através da divulgação dos veículos elétricos (VE) à venda em Portugal, das inovações apresentadas pelo mercado, da realização de Encontros, Conferências e ações de formação sobre a Mobilidade Elétrica nos seus diferentes âmbitos: os veículos, a sua condução, as baterias e os sistemas de carregamento, e ainda, a promoção e divulgação da infraestrutura de carregamento público e privado e de uma política de incentivos públicos.
- Promover o diálogo com empresas e entidades públicas do setor dos veículos elétricos;
- Sensibilizar o maior número de autarquias e de organismos públicos da necessidade de criar e ampliar a infraestrutura pública de carga normal, semirrápida e rápida;
- Apoiar a promoção, o assessoramento e atuar como plataforma informativa na implantação do veículo elétrico por parte das empresas públicas e privadas;
- Criar e manter atualizados o portal da Associação - [www.uve.pt](http://www.uve.pt) e a sua página no facebook: <https://www.facebook.com/uve.pt/>.

A publicação dos documentos da proposta do Orçamento de Estado 2016, assim como do Relatório do Orçamento do Estado para 2016, trouxeram a público informações contraditórias com o que recentemente se observou desde a tomada de posse do XXI Governo Constitucional.

A UVE tem estado atenta, registado e divulgado com muito agrado as sucessivas declarações de intenção de alguns governantes, e os sinais dados através do uso emblemático de um carro elétrico em cerimónias oficiais, como foram a tomada de posse do Governo, a 1.ª reunião do Conselho de Ministros, e a visita ao Presidente da República, no Palácio de Belém.

Todavia, a análise desta proposta de OE2016 traduz-se numa inesperada e inopinada redução dos incentivos à compra de VE, e emite uma mensagem absolutamente contrária a tudo o que está escrito sobre a Mobilidade Elétrica no programa eleitoral do PS.

Contam-se várias referências fundamentais nesse documento: “veículos elétricos”, 11 vezes; “mobilidade elétrica”, 5 vezes; “Mobi.E”, 1 vez.

Para melhor contextualizar este volte face, a UVE vem por este meio relembrar o que está escrito:

Pág.62

#### **“Programa “Territórios do Futuro”**

*O PS irá fomentar a realização de parcerias de investigação aplicada entre unidades do ensino superior, autarquias, empresas e outras entidades, em domínios decisivos para o futuro das cidades e das regiões que sejam particularmente exigentes em conhecimento, inovação e internacionalização (economia circular, mobilidade elétrica, domótica, tecnologias de informação, novas infraestruturas urbanas, etc.).”*

Pág. 67

*“A eficiência na utilização dos recursos passa ainda pela forma como nos deslocamos. Em especial nas cidades, é preciso, por um lado, incentivar a partilha de meios de transporte e a utilização de veículos menos poluentes (como os veículos elétricos) e, por outro lado, tornar o transporte público mais atrativo, favorecendo a intermodalidade e, sempre que possível, a complementariedade com meios suaves de transporte (como a bicicleta). Deste modo, será possível reduzir o congestionamento urbano e alcançar uma mobilidade mais eficiente, proporcionando maior conforto, rapidez e qualidade de vida com um menor consumo energético. Em síntese, uma mobilidade sustentável.”*

Pág.69

**“Impulso à eficiência energética**

- Adotar, em articulação com os municípios, um conjunto de ações especificamente dirigidas à promoção da eficiência energética no setor dos transportes;
- Integrar a gestão de frotas de transporte do Estado, sob o ponto de vista da redução de consumos e da adoção de estratégias de eficiência;”

Pág.70

**“Impulsionar e expandir a mobilidade elétrica**

Por puro preconceito político, o governo PSD/CDS travou a fundo o projeto da mobilidade elétrica, inviabilizando assim a formação de um cluster industrial no nosso País em torno desta tecnologia. Importa, agora, retomar o desígnio da mobilidade elétrica, vital para substituir progressivamente a dependência dos combustíveis fósseis no transporte rodoviário, com as inerentes emissões de GEE, por um maior consumo de eletricidade renovável. Para este efeito, o PS irá:

- Direcionar os incentivos à aquisição de veículos elétricos para os segmentos com maior impacto energético e ambiental, como os autocarros de serviço público de transporte, táxis, transporte escolar, transporte de mercadorias e logística urbana;
- Criar incentivos ao surgimento de operadores de car sharing e bike sharing elétricos;
- Comprometer o Estado e as autarquias locais com a aquisição de 25% de veículos elétricos aquando da renovação da sua frota destinada à circulação citadina;
- Criar incentivos que levem os operadores logísticos a adotar veículos elétricos sem emissões, em particular na operação em meios urbanos e em transporte lastmile;
- Reabilitar e redimensionar a rede de carregamento pública Mobi.E;
- Promover o carregamento nas garagens das habitações e empresas, onde os utilizadores de veículos elétricos estacionam a maioria do tempo;
- Definir uma tarifa de venda da energia armazenada de forma descentralizada nas baterias dos veículos elétricos de volta à rede elétrica. Deste modo, os veículos elétricos podem funcionar como um estabilizador da rede elétrica, armazenando energia nos períodos de vazio (em que há energia disponível a custo inferior) e devolvendo à rede elétrica nos momentos de pico (em que o sistema elétrico necessita de mais energia para disponibilizar a um custo superior).

**Desenvolver o cluster tecnológico da energia**

O próximo governo deve assegurar a manutenção do cluster eólico criado no nosso País e fomentar o surgimento de um cluster equivalente em redor da energia fotovoltaica. A par disso, a mobilidade elétrica constitui uma oportunidade única de desenvolvimento dum novo cluster tecnológico e industrial – abarcando pontos de carregamento, gestão de redes inteligentes de carga, bem como baterias e outros componentes para a indústria de veículos elétricos – que não podemos desperdiçar. Assim, o PS desenhará, no âmbito do Portugal 2020, programas e linhas de apoio que permitam estimular:

- A investigação científica aplicada quanto a tecnologias limpas e novos métodos de produção de eletricidade a partir de fontes renováveis;
- A articulação entre a indústria e as instituições de I&D para a produção de soluções de armazenamento energético;
- A indústria de componentes para os veículos elétricos, motores elétricos e baterias, bem como da infraestrutura de carregamento;
- O upgrade da indústria de produção e montagem de veículos de duas rodas – motos, scooters e bicicletas – para o segmento elétrico;
- A formação de técnicos para as indústrias de fabrico e reparação de veículos elétricos e seus componentes;
- A criação de laboratórios vivos de demonstração de novas soluções na mobilidade elétrica: ao nível dos veículos, com destaque para novas aplicações da mobilidade elétrica, como os transportes públicos, o transporte de mercadorias ou a logística urbana; e do carregamento inteligente, integrado com as smart grids e geração de energia renovável descentralizada, com destaque para o V2G (vehicle to grid) e V2H (vehicle to home).”

Outrora no grupo dianteiro da Mobilidade Elétrica a nível mundial (graças à implantação da primeira rede pública de postos de carregamento de VE; ao lançamento mundial em Portugal do VE mais vendido; às empresas nacionais de equipamentos de carga *standard*, semirrápida e rápida – Efacec e Magnum Cap; à existência de uma comunidade extremamente dinâmica de utilizadores que promovem e divulgam a



Mobilidade Elétrica pelo país), ressurgiu em Portugal no período pré OE2016, uma crescente expectativa na comunidade de utilizadores de VE, assim como nos futuros compradores e utilizadores de VE. A contradição entre a afirmação do *Relatório do OE2016*, pág.168, “Renovando a aposta na mobilidade elétrica serão atribuídos incentivos ao Abate de Veículos em Fim de Vida e benefícios fiscais.”, e as duas alterações na *Proposta do OE2016*, pág.155, provocou natural estupefação, pois podem constatar-se os seguintes constrangimentos:

- “(...)Artigo 25.º [...] 1 - [...]: a) € 2250, devido pela introdução no consumo de um veículo elétrico novo sem matrícula; b) Redução de ISV até € 1125, devido pela introdução no consumo de um veículo híbrido plug-in novo sem matrícula(...)”.
- “(...)Artigo 54.º Vigência do incentivo fiscal ao abate de veículos em fim de vida  
O regime previsto nos artigos 25.º a 29.º vigora até 31 de dezembro de 2017, sendo os valores previstos no n.º 1 reduzidos em 50% a partir de 1 de janeiro de 2017(...)”.

**Face ao exposto, vem a UVE, por este meio, manifestar a sua posição:**

1. O valor do incentivo à aquisição de veículos elétricos deve manter-se inalterado e não criar retrocesso na desejada mudança para as tecnologias não poluentes;
2. Devem ser apoiados financeiramente todos os que adquiram um VE, quer seja de 4, 3 ou de 2 rodas, quer sejam 100% eléctricos ou híbridos *plug-in*, e que, portanto, contribuam para a diminuição das emissões de CO<sub>2</sub> e dos restantes gases tóxicos para a atmosfera, ajudando assim a diminuir a poluição atmosférica nas grandes cidades;
3. Deve ser, de imediato, recuperada e mantida em condições de operação, a atual rede de carregamento público - a rede Mobi.E -, atualmente votada ao mais completo abandono;
4. Deve ser implementada, o mais depressa possível, a rede de carregamento rápido (PCR's), que facilite a circulação em VE no nosso país, como aliás se encontra legislado (Despacho n.º 8809/2015, de 10 de agosto), nunca tendo sido implementada;
5. Deve existir um incentivo - ainda que inferior - para todos os que desejem trocar um veículo poluente com idade inferior a 10 anos, por um veículo elétrico.
6. A Mobilidade Elétrica é um vetor de desenvolvimento económico local, regional e nacional, e por isso todos os esforços anteriormente apontados traduzem-se, naturalmente, numa fonte de receita direta para a economia;
7. As deliberações acordadas na Conferência de Paris, COP21, recentemente realizada, devem ser integradas nas decisões políticas;
8. Alargar a todo o país o atual selo verde da EMEL, em vigor no concelho de Lisboa, que permite o estacionamento em zonas reguladas, de superfície e sem cancela, de forma gratuita;
9. Autorização de circulação aos VE nas faixas BUS em todo o país;
10. Manutenção da gratuidade do uso dos postos públicos de carregamento, utilizando para tal os fundos recolhidos pela taxa dos veículos poluidores (ISV) e pelo ISP (Imposto sobre Produtos Petrolíferos), aplicando o princípio do “poluidor/pagador”;
11. Isenção do pagamento de portagens nas auto-estradas, para VE's;
12. Isenção do pagamento de portagens nas pontes Vasco da Gama e 25 de Abril, para VE's;
13. Isenção do pagamento de taxas, em áreas reservadas, como o Parque da Peneda-Gerês e similares, devido à sua não emissão de gases poluidores;
14. Eliminar progressivamente qualquer apoio a entidades envolvidas na produção e comercialização de combustíveis fósseis;
15. Taxar progressivamente todos os equipamentos que utilizem qualquer combustível fóssil, variando a sua intensidade conforme o grau de poluição que emitam, sendo que estes fundos devem, com prioridade, serem aplicados nos incentivos à compra de VE, na manutenção da rede pública da Mobi.E, na gratuidade da sua utilização e no desenvolvimento e na divulgação da Mobilidade Elétrica;



Todas as medidas acima descritas estão em vigor em diversos países, em todo o Mundo, especialmente na Europa, onde a Noruega é um exemplo de apoio ao desenvolvimento da Mobilidade Elétrica. Em prol de cidades menos poluídas, pela redução da despesa com a importação de combustíveis fósseis, pela estabilização da rede elétrica, através do armazenamento da eletricidade renovável produzida actualmente, em excesso, durante o período noturno.

Gostaríamos ainda de referir a recente proposta do governo norte-americano de implementação de uma taxa adicional de \$10 dólares por barril de petróleo, para o desenvolvimento do transporte elétrico por ferrovia e por rodovia, e para financiar projetos atualmente em curso que visam o desenvolvimento dos carros de condução autónoma.

Por uma economia menos dependente dos combustíveis fósseis.

Por uma economia assente nas energias renováveis.

Por cidades menos poluídas e mais amigas do ambiente.

Em prol de uma sociedade e de uma economia mais sustentável.

Amadora, 10 de fevereiro de 2016

O Conselho Diretivo da UVE

